

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 20 | Nº 58 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.14597794>



O LUMPENPROLETARIADO NO CONTEXTO DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA EM RORAIMA

Max André de Araújo Ferreira¹

Roberto Rigaud Navega Costa²

Gustavo da Frota Simões³

Resumo

Roraima recebeu, a partir de 2016, um contingente expressivo de migrantes oriundos da Venezuela em busca de melhores condições de vida longe de sua terra natal. O estudo tem como objetivo compreender o suporte teórico ligado ao conceito de lumpemproletariado para classificar os migrantes venezuelanos durante sua passagem por Roraima. A metodologia utilizada neste estudo é a pesquisa bibliográfica, na qual serão buscados subsídios para entender o conceito citado em artigos internacionais e nacionais, clássicos com elevado número de citações e recentes, conforme as diretrizes do periódico. Além disso, foram coletados dados referentes à realidade dos migrantes venezuelanos em Roraima desde seu incremento populacional recente em sites oficiais e de organizações como o Observatório das Migrações. Como resultado, as análises de dados foram realizadas através do método de revisão narrativa, com isso, obteve-se um conjunto de informações que, em sua totalidade, pôde auxiliar no estabelecimento de relações recíprocas entre teoria e realidade observável, entre o conceito de lumpemproletariado e as vidas dos migrantes oriundos da Venezuela. A conclusão a que se chegou foi a de que os migrantes estudados nesta pesquisa correspondem às classificações clássicas de lumpem.

Palavras-chave: Lumpemproletariado; Migração; Roraima; Venezuelanos.

Abstract

Starting in 2016, Roraima received a significant number of migrants from Venezuela in search of better living conditions away from their homeland. The study aims to understand the theoretical support linked to the concept of lumpenproletariat to classify Venezuelan migrants during their stay in Roraima. The methodology used in this study is bibliographic research, through which subsidies will be sought to understand the cited concept in international and national articles, both classic and recent, with a high number of citations, according to the guidelines of the journal. Additionally, data regarding the reality of Venezuelan migrants in Roraima since their recent population increase were collected from official websites and organizations such as the Migration Observatory. As a result, data analysis was carried out through the narrative review method, and thus, a set of information was obtained that, in its entirety, could assist in establishing reciprocal relationships between theory and observable reality, between the concept of lumpenproletariat and the lives of migrants from Venezuela. The conclusion reached was that the migrants studied in this research correspond to the classic classifications of the lumpen.

Keywords: Lumpenproletariat; Migration; Roraima; Venezuelans.

¹ Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutor em Sociedade, Cultura e Fronteiras. E-mail: max.andre@ufrr.br

² Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: ramosnavega@gmail.com

³ Professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Doutor em Ciências Sociais. E-mail: gufsimoes@gmail.com



INTRODUÇÃO

Há um grupo de pessoas que não podem ser categorizadas, conforme a classificação historicamente utilizada, em classes sociais. O par aparentemente oposto de burguesia/proletariado deixa de fora pessoas que nem são proprietárias de meios de produção, do capital, nem as que vendem sua força de trabalho. Pessoas marginalizadas foram historicamente chamadas pelo termo depreciativo de “*lumpen*”, designando sua condição de excluídos do centro das preocupações dos debates acadêmicos e seu afastamento da economia formal que reproduziria a sociedade onde este *lumpen* sempre viveu.

Um bom exemplo de marginalizado em nossa sociedade pode ser encontrado no estado de Roraima, onde já há alguns anos, inúmeros migrantes venezuelanos acorrem para fugirem de condições de vida muito difíceis em seu país natal, onde a economia tem apresentado números cada vez mais fracos e a população vem sofrendo com a inflação e a crise de abastecimento.

A Venezuela ou República Bolivariana da Venezuela, é um país independente, localizado no norte da América do Sul. Limita-se ao norte com o mar do Caribe; ao sul com o Brasil, contemplando os estados de Roraima e Amazonas; a leste com a República Cooperativa da Guayana; e a Oeste com a Colômbia sendo considerada uma região de fronteira.

Neste contexto fronteiriço, o papel do Brasil na recepção destes povos como um dos cinco países de destino mais frequente para os migrantes e refugiados venezuelanos. Ainda conforme as autoras, o estado de Roraima, figura como principal porta de entrada em razão de sua relação fronteiriça. Esse elemento gerou uma angústia acadêmica por parte da comunidade científica, professores e acadêmicos em diversas áreas do conhecimento.

Ao chegarem a Roraima, pela fronteira com Pacaraima, esses migrantes são fortemente discriminados por parte da população local, o que se reflete em seu acesso à economia formal, o que muitas vezes os coloca em uma posição subalterna nesta nova sociedade, em que ele é o outro, sobre o qual é impressa uma série de estereótipos deletérios.

Diante deste quadro, o problema da pesquisa visa compreender o quanto seria possível determinar que os migrantes venezuelanos residentes em Roraima, entre os anos de 2016 e 2018, que viveram em condições precárias, podem ser classificados na categoria de “*lumpen proletários*”? Investigar isto é justamente a intenção desta pesquisa.

Partindo-se desta questão, tem-se de determinar do que se está falando quando se emprega o termo *lumpenproletariado*. Este tipo de tarefa, ao ter de definir algo, quando sua natureza tem de ser exposta, se enquadra científica e filosoficamente no tipo de explicação ontológica, a que se dedica a estudar o ser.



Semelhante aporte deve ser dado na descrição do migrante venezuelano, ao explicar a sua história, ao contar as suas condições de vida durante sua estadia em Roraima entre os anos de 2016 e 2018. Tendo-se procedido assim, o passo seguinte é de se comparar a teoria, o conceito chave deste estudo, à realidade destes migrantes.

A metodologia empregada visa apresentar ao leitor um conjunto sistemático de dados que contribuam para a explicação do conceito-chave de lumpenproletariado. Na primeira seção, a pesquisa bibliográfica teve como objetivo solidificar o entendimento do termo por meio da análise de artigos de revistas de alto impacto, artigos internacionais clássicos com elevado número de citações e publicações recentes.

A partir de uma análise interdisciplinar, que conjuga perspectivas marxistas, anarquistas e sociológicas, este estudo visa compreender as dinâmicas de exclusão, marginalização e resistência que caracterizam esse grupo, contribuindo para uma reflexão crítica sobre as relações de poder e a desigualdade social. Com isso, o conceito de lumpenproletariado é abordado como uma categoria social complexa e multifacetada, que representa uma subclasse marginalizada, excluída do mercado formal de trabalho e sujeita a condições econômicas extremamente precárias.

A segunda seção apresenta uma análise baseada em dados secundários extraídos do Jornal Folha de Boa Vista, principal veículo de comunicação em Roraima. No sentido de organizar esses textos jornalísticos, foi criada uma hemeroteca cronológica, com os dados registrados sobre a memória da migração venezuelana no estado, abrangendo o período de janeiro de 2016 a abril de 2018, anterior ao início da Operação Acolhida, iniciada em abril daquele ano.

O mapeamento dos textos jornalísticos foi realizado por meio de filtragem no mecanismo de busca, na página do jornal, e teve como palavras-chave "migrante", "migração", "venezuelanos" e "imigrantes", abrangendo os anos de 2016, 2017 e até abril de 2018. Essa delimitação temporal justifica-se pela implementação da Operação Acolhida nesse período, enquanto o objeto de estudo deste estudo foca no período prévio à operação.

Foram identificados 332 textos: 95 em 2016, 158 em 2017 e 79 até 1º de abril de 2018. Após leitura integral para conferência e adequação histórica, sete textos jornalísticos foram selecionados como base para análise, visando compreender o cenário construído para o migrante venezuelano nesse período. Tais textos foram utilizados como base na construção da segunda seção.

Com o propósito de se chegar a um resultado, foi realizada uma triangulação metodológica entre o conceito atualizado do termo lumpemproletariado a partir dos textos acadêmicos e em conjunto com os textos jornalísticos publicados no Jornal Folha de Boa Vista entre os anos de 2016 e 2018. As



análises de dados foram realizadas através do método de revisão narrativa onde se buscou compreender o termo em estudo.

A hipótese do lumpemproletariado oferece uma perspectiva analítica relevante para compreender as dinâmicas socioeconômicas da migração venezuelana em Roraima. A crise econômica e política na Venezuela gerou um processo migratório significativo para o Brasil, onde esses indivíduos enfrentam desafios substanciais para garantir sua sobrevivência.

A análise desses migrantes sob a ótica do lumpemproletariado revela sua marginalização no mundo do trabalho formal, recorrendo a atividades informais e precárias para sustentar suas famílias. Essa abordagem evidencia não apenas as condições adversas enfrentadas, mas também a resiliência e a capacidade de adaptação desses indivíduos em um sistema econômico excludente.

O texto se revela em três momentos distintos. No primeiro, o leitor encontrará um breve estudo acerca do conceito de lumpemproletariado, no qual buscou-se resgatar seus significados (sendo modificados ao longo do tempo) e os seus usos, partindo do marxismo até os dias atuais. Em seguida, serão apresentados dados secundários a respeito dos migrantes que atravessaram a fronteira brasileira vindos da Venezuela, o que possibilitará nas considerações avaliar os dados frente ao arcabouço conceitual já apresentado.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE O LUMPEMPROLETARIADO

As palavras têm história, assim como as ideias e os conceitos. No caso desta pesquisa específica, o conceito central de trabalho é o de lumpemproletariado, que une dois outros conceitos, o de proletariado, oriundo da palavra proletário, e o de lumpen. Quando projetado em uma pessoa ou grupo de pessoas, o termo desqualifica-as, diminuindo seu valor ou importância, chegando inclusive à desumanização das mesmas.

Aliado a isso, sinônimos como rato, canalha, lixo, sujo, desprezível, gentinha, mesquinho, malandro, surgem da ligação de lumpen com pessoas (MAIA, 2024; MIRRAJIZ *et al*, 2018). Esses indivíduos recebem tal associação como um estigma, um rótulo, que as qualifica e as distingue das demais. Conforme o autor, o uso do conceito lumpemproletariado é resultante da união entre o termo lumpen e o termo proletário e pode ser dividido em três tipos: a perspectiva do marxismo; a perspectiva dos anarquistas; e a da sociologia.

Maia (2024) também menciona como a "escória social" era identificada com o proletariado, ligando "infernhos, o vício e as barricadas" (p. 366) em uma mesma ordem de sentido. Essa caracterização demonstra como o termo lumpen (e seu derivado lumpemproletariado) era utilizado para



desqualificar e marginalizar grupos sociais, atribuindo-lhes um rótulo que os distinguiu negativamente dos demais

Na primeira, se privilegia a abordagem do significado de lumpemproletariado ligada a ideia de trabalho, este último articulado com a construção do sujeito político e histórico (MIRRAJIZ *et al*, 2018). Marx observa que este grupo de pessoas desprezadas, pertencentes ao lumpemproletariado, teve algum papel como massa de manobra política durante o governo de Luís Bonaparte, apoiando-o. O fato foi citado em O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte.

Ao lado deles estavam a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o lumpemproletariado organizado na Guarda Móvel, intelectuais prestigiados, o clero e as populações rurais tradicionais. (MARX, 2006).

Maia (2024) descreve como Marx via o proletariado como uma classe em busca de emancipação, enquanto o lumpemproletariado era a "putrefação passiva" (p. 366), um grupo amorfo e manipulável. Haekal (2023) analisa como trabalhadores excluídos do mercado formal se juntam a grupos informais e são usados politicamente, reconhecendo sua ligação com a busca por trabalho.

Barrow (2020) complementa ao mostrar como Marx e Engels usaram o conceito para marginalizar e estigmatizar um grupo à margem da classe trabalhadora. Esses autores concordam que o lumpemproletariado, apesar de marginalizado, tem relevância na dinâmica do trabalho e na luta política, sendo utilizado como massa de manobra em eventos como o governo de Luís Bonaparte.

Em "A ideologia alemã", obra escrita entre os anos de 1845 e 1846, Karl Marx e Friedrich Engels trabalham o conceito pela primeira vez. No texto, os autores fazem uma crítica a Max Stirner (filósofo alemão, criador do anarquismo individualista: O lumpemproletariado, aquela massa passivamente apodrecida, rejeitada pelas camadas mais baixas da velha sociedade (MARX, 1852).

Marx e Engels viam o lumpemproletariado como uma subclasse marginalizada, envolvida em atividades diversas e ilegais, citando o Manifesto Comunista onde o grupo é definido como "escória social" (INTRONA, 2023; WEEKS, 2023). Maia (2024) também menciona essa caracterização de Marx, relacionando-a com a visão do proletariado como classe em busca de emancipação.

Ising-Alms (2024) contextualiza o termo, mencionando o Manifesto Comunista e a descrição do lumpemproletariado como um "apodrecimento passivo", facilmente manipulável por forças reacionárias. Estes autores concordam que, embora marginalizado, o conceito de lumpemproletariado está ligado à ideia de trabalho, à construção do sujeito político e histórico, e ao seu uso como massa de manobra política, como trabalhadores excluídos do mercado formal que são usados politicamente, assim como o fizeram Marx e Engels, que usaram o conceito para marginalizar este grupo.



Cinacchi (2020, p. 03) revela que em, *Encyclopedia of Marxism*, define o lumpemproletariado a partir da referida crítica feita a Stirner, o qual "utiliza frequentemente o termo lúmpen e o aplica como um prefixo, mas jamais utilizou efetivamente o termo lumpemproletariado" (MIA, s.d. *apud* CINACCHI, 2020). Para a autora, lúmpen, apesar de significar, originalmente, trapos ou farrapos, passou a significar metonimicamente a própria pessoa em farrapos, o próprio maltrapilho.

Ising-Alms (2024) contextualiza o termo, mencionando o Manifesto Comunista e a descrição do lumpemproletariado como um "apodrecimento passivo", facilmente manipulável por forças reacionárias. Ainda segundo Cinacchi (2020), foi na obra, *O Manifesto do Partido Comunista*, que Marx e Engels definem o lumpemproletariado como uma classe perigosa. "Esse apodrecimento passivo das camadas mais baixas da velha sociedade, é parcialmente arrastado para o movimento por uma revolução proletária; em consonância com toda a sua situação de vida, ele estará mais pronto a se deixar comprar para maquinações reacionárias" (MARX; ENGELS, 1998, p. 18).

Weeks (2023) cita o Manifesto Comunista, onde o grupo é definido como "escória social", e menciona que Marx e Engels o viam como uma subclasse marginalizada e envolvida em atividades ilegais. Maia (2024) também se refere a essa caracterização de Marx, associando-a à visão do proletariado como classe em busca de emancipação e contrastando-o com o lumpemproletariado.

O lumpemproletariado significa os destituídos, os mais baixos dos baixos, a subclasse, a escória social (ISING-ALMS, 2024; MAIA, 2024; WEEKS, 2023). "This element is without work, education or vocational training. It is the proletariat of the proletariat" (BRADLEY; LEE, 2018, p. 639). Pode se entender que em termos contemporâneos, este elemento está sem trabalho, educação ou formação profissional. É o proletariado do proletariado.

Weeks (2023) descreve o lumpemproletariado como composto por indivíduos engajados em atividades informais, ilegais ou itinerantes, contrastando-os com os trabalhadores integrados economicamente. A noção de que o lumpemproletariado representa o "proletariado do proletariado", ou seja, um grupo ainda mais marginalizado dentro da classe trabalhadora, é confirmada por Haekal (2023) ao analisar como trabalhadores excluídos do mercado formal acabam integrando grupos informais, e por Weeks (2023) que explora como processos de proletarização se cruzam com a marginalização, criminalização e desabilitação, criando um grupo de pessoas que, por suas condições de vida, são ainda mais vulneráveis do que o proletariado.

Marx percebia a ideia do trabalho como dimensão material, a qual constrói o sujeito e o posiciona em uma classe, lhe fornecendo um lugar político a partir do qual deve agir. O trabalho é uma dimensão inseparável da vida humana, isto é, uma dimensão ontológica fundamental, ao ser por meio



deste elemento que o homem cria, livre e conscientemente, a realidade, bem como o permite dar um salto da mera existência orgânica à sociabilidade (LUKÁCS, 1981, p.12).

Maia (2024) aborda a visão de Marx sobre o proletariado como a classe que, por sua condição de perda total da humanidade, poderia alcançar uma emancipação total, sugerindo que o trabalho, ou a falta dele, define um lugar social e político. Haekal (2023) também enfatiza como a relação com o trabalho, seja formal ou informal, molda a identidade dos indivíduos, mencionando como a falta de trabalho no mercado formal leva à integração em grupos informais. Weeks (2023), por sua vez, discute como a norma do trabalho capitalista exclui certos grupos, como o lumpemproletariado e pessoas com deficiência, e como essa exclusão define a sua posição social e política.

Na Inglaterra, por exemplo, esses trabalhadores informais são conhecidos como "neet", no Japão são os "freeta" o "É o NEET moderno, a cunhagem do ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair, o freeta no Japão (a junção da palavra inglesa freelance e da palavra alemã Arbeiter ou trabalhador)" (BRADLEY; LEE, 2018, p. 639). Esses termos comprovam o argumento de que não se separa o trabalho da condição humana de existência.

A segunda perspectiva, a anarquista, enxerga o lumpemproletariado em sua posição perante a sociedade, privilegiando a relação centro-periferia (MIRRAJIZ *et al*, 2018). Desta forma, por sua condição específica, o lumpemproletariado ocuparia uma posição relativa periférica na sociedade, sendo que os demais membros desta sociedade estariam disputando o centro de poder da mesma. Para os anarquistas existe uma luta permanente, que se constituiu classicamente pelo fim das relações de domínio, colocada por Rudolf de Jong como a luta permanente pelo fim das relações centro-periferia. (CORRÊA, 2009).

Weeks (2023) discute a marginalização do lumpemproletariado dentro do sistema capitalista, alinhando-se com a ideia de que este grupo ocupa uma posição periférica em relação aos trabalhadores integrados no sistema. Maia (2014) também aborda a noção de que o lumpemproletariado é um "menos que nada" ou um "objeto abjeto" (p. 366), sugerindo que esse grupo é excluído do centro da sociedade e do poder, e que a sua existência desafia a ordem social estabelecida.

Se os marxistas se preocupavam com o que ocorria no centro do sistema, olhando os locais e as circunstâncias propícias a uma revolução, os anarquistas, como Bakunin, miravam o que ocorria fora deste centro, para a periferia do sistema social, justamente onde se poderia encontrar o personagem principal desta pesquisa, o lumpemproletário.

A abordagem sociológica, a terceira forma de se abordar o conceito de lumpemproletariado, trata o conceito discutindo-o com as ferramentas próprias das Ciências Sociais, buscando entender sua complexidade, seus significados (MIRRAJIZ *et al*, 2018). Portanto, para o autor, a abordagem



sociológica, enriquece o debate ao lidar com o termo lumpemproletariado de outra forma, seja ao associar ao termo *underclass* (algo como uma subclasse), seja a outro termo neoliberal, os hiperprecarizados. Ambos os termos guardam similitudes para com a ideia de *lumpen*, ao olhar na pessoa classificável na mais baixa condição econômica possível.

Weeks (2023) e Haekal (2023), por exemplo, utilizam ferramentas conceituais das ciências sociais para entender a complexidade do lumpemproletariado, investigando a formação dessa categoria através das relações de trabalho e marginalização no sistema capitalista. Weeks (2023) examina como processos de exclusão e desabilitação contribuem para a formação do lumpemproletariado, conectando a construção social da deficiência com a marginalização de certos grupos, enquanto Haekal (2023) analisa como a dinâmica do mercado de trabalho e a exclusão de trabalhadores do setor formal leva à formação de grupos informais, demonstrando uma preocupação com as condições materiais e sociais desse grupo.

Maia (2024), por sua vez, ao abordar o lumpemproletariado como um "objeto abjeto" e "escória social", explora os significados sociais e simbólicos atribuídos a essa categoria, analisando seu papel na manutenção da ordem social e expondo a forma como o sistema capitalista produz e exclui indivíduos. Estes autores consideram que o lumpemproletariado é uma categoria complexa, não uma simples categoria econômica, mas um grupo social marginalizado, cuja análise requer considerar as dinâmicas de poder, exclusão, e as relações sociais.

Pereira (2020) nos lembra que para Marx havia uma fração da superpopulação relativa vivendo em condições de extrema pobreza, o lumpemproletariado, que seria formado por pessoas que se apresentam em três condições: as aptas ao trabalho (mas que estariam desempregadas); as órfãs ou indigentes (que dependeriam da ajuda alheia para sobreviverem); e as pessoas em estado de degradação (sem condições de trabalho).

Haekal (2023) discute a noção de "Relative Surplus Population" (RSP), população excedentária relativa, como um conceito chave para entender a formação do lumpemproletariado, referindo-se a diferentes categorias dentro da RSP, como a "estagnada" e a "pauperismo," que se assemelham às condições de pessoas aptas ao trabalho, mas desempregadas, e aquelas em estado de degradação, respectivamente.

Norbert Elias (2000 *apud* MIRRAJIZ *et al.*, 2018), traz um interessante ponto de vista em seu "Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder", pois nele, o autor relaciona os estabelecidos (as pessoas que fazem parte da cadeia produtiva, os trabalhadores e os burgueses) aos outsiders (os excluídos, os estigmatizados, o *lumpen* da sociedade) de uma forma articulada, pois os primeiros têm sua condição de socialmente superiores confirmada pelos segundos.



A existência dos piores confirma os melhores. Isto se configura nas crenças mútuas de ambos os grupos. Com isso, se percebe que as relações de poder estão inseridas na sociedade através de seus indivíduos. Essa relação se naturaliza desde o surgimento das primeiras formas sociais. Com isso, para se firmarem é necessário, portanto, um conjunto de elementos como "superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão" (ELIAS, 2000, p. 8).

Mesmo Marx já apontava a função do lumpemproletariado, neste caso como mais uma justificativa para a estrutura do Estado. Por haver um grupo de pessoas na marginalidade o Estado tem que prover segurança a eles, sendo que simultaneamente este sujeito drena parte do exército de reserva, estabilizando a economia (CHAMBLISS, 1980 *apud* MIRRAJIZ *et al*, 2018).

Para Haddad (1997), o fenômeno do surgimento de um lumpemproletariado está relacionado à formação de um exército industrial de reserva, sendo que o primeiro não poderia ser absorvido pelo mercado de trabalho, o que poria as pessoas classificáveis nesta condição fora da classe trabalhadora, sendo que o crescimento do lumpemproletariado seria uma espécie de negação do trabalho. O autor classifica esse sujeito como pertencente ao lumpemproletariado, simultaneamente, pertence a uma não-classe, está composta por não trabalhadores.

De acordo com Tiengo (2019), o lumpemproletariado é parte da superpopulação relativa, apenas apresenta condições econômicas próprias que os condiciona à miséria. No entanto, haveria uma progressão nestas condições econômicas que conduziram a uma classificação mais fidedigna do sujeito que se encontra em condições abaixo da linha de pobreza, partindo da condição flutuante, depois para a latente, daí à estagnada, então à de lumpen.

No entanto, mesmo os autores que se dedicaram ao tema tinham divergências acerca de que tipo de atividade melhor se encaixava na categoria de lumpemproletariado. Mesmo os próprios sujeitos classificados divergiam entre as opiniões correntes, ora incluindo uma grande gama de tipos, ora excluindo mendigos, prostitutas e ladrões, por exemplo.

Desse modo, temos aqueles indivíduos que vivem em condições econômicas desesperadoras e, em um colapso cultural na zona periférica (SHEPPARD; THOMAS 2005, p. 205). Essas pessoas, sobrevivem à margem da sociedade, em um ambiente onde o cenário existente para si não o favorece.

Até que ponto haveria uma separação real entre o chamado lumpemproletariado e os trabalhadores? Não seriam aqueles trabalhadores desempregados? Esta classificação efetuada por Marx não seria fruto de preconceitos sociais próprios dos autores que iniciaram a discussão acerca do tema? O que é comum desde então é automaticamente classificar-se tais sujeitos em uma categoria depreciativa, sem considerar que alguns destes sujeitos não se vêm como fora da economia, mas sim como desempregados (TIENGO, 2019).



O que se vê, então, é que o ponto de diferenciação entre o que seria um lumpen ou não é a sua possibilidade de estar trabalhando. Assim, haveria uma parcela da superpopulação relativa que poderia, sim, trabalhar, mas que não é absorvida pelo mercado, que passaria à classificação de lumpen. Mesmo assim, há atividades econômicas internas a este grupo de sujeitos fora do mercado de trabalho, os informais (reciclagem, pequenos serviços, etc.) que dificultam a sua classificação.

Para Alves (2021), o Brasil apresenta certas características sociais e econômicas próprias que induzem a uma "lumpenlumpenização do mundo do trabalho", o que se reflete nas mesmas classes que geram o problema. Sendo formado por frações da população na miséria, não-organizadas, sem consciência política e de classe, em condições informais de trabalho, servem facilmente a interesses externos.

Classificar de forma automática os lumpen inseridos no mercado laboral é uma simplificação da realidade, o que encurtaria o debate, havendo margem para estudos mais profundos a respeito do tema (TIENGO, 2019). Se seguirmos essa classificação, deixamos de fora, por exemplo, os migrantes que não possuem condições de sobreviver dignamente sem o apoio do Estado.

O conceito de lumpemproletariado tem sido aplicado a contextos contemporâneos para analisar as novas formas de precariedade e exclusão social. Em países asiáticos como o Japão e a Coreia do Sul, o termo é usado para descrever os trabalhadores pobres, os trabalhadores com contratos precários, os imigrantes ilegais e outros grupos marginalizados (BRADLEY; LEE, 2018).

Para os autores é importante notar que a composição do lumpemproletariado se transformou ao longo da história, adaptando-se às condições do capitalismo em cada época. Enquanto, no século XIX, era composto por vagabundos e criminosos, no século XXI inclui trabalhadores precários, imigrantes e outros grupos marginalizados (BRADLEY; LEE, 2018).

Na região norte brasileira, no estado de Roraima, desde o ano de 2016, é percebida a presença de venezuelanos massivamente. Estão aos milhares, e naquele período, ocupavam as praças públicas e os prédios abandonados da capital mais setentrional do Brasil. Entre os anos de 2015 e 2018, os não-nacionais venezuelanos viveram em Roraima, em condições de total miséria, abandonados e esquecidos pelo poder público.

A LUMPENIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA EM RORAIMA

Esta seção apresenta um panorama da migração venezuelana no estado de Roraima, abrangendo o período de 2016 a 2018. Serão explorados textos jornalísticos que retratam o cenário local desde os



primeiros movimentos populacionais da Venezuela, em 2016, até a implementação da resposta humanitária do governo brasileiro em 2018.

A partir de 2016, observou-se uma crescente presença de imigrantes venezuelanos no norte do Brasil. Essa população passou a frequentar espaços públicos brasileiros de forma mais intensa, especialmente nas feiras livres, ruas e calçadas de Boa Vista, capital de Roraima, e em Pacaraima, cidade localizada na fronteira com a Venezuela. A maioria busca refúgio ou residência migratória por meio da migração terrestre que parte da fronteira entre Santa Elena de Uairén e Pacaraima (SIMÕES; VAZ, 2023).

Entre 2016 e 2018, Roraima enfrentou uma crise econômica sem precedentes, exacerbada pela má gestão de recursos públicos e falta de competência governamental. Concomitantemente, discursos xenofóbicos e estigmatizantes proliferaram, gerando graves consequências para os imigrantes venezuelanos. Nesse contexto global, diversos países relutaram em acolher refugiados, perpetuando obstáculos que empurravam esses indivíduos para a marginalidade e a condição de lumpenproletariado (LISBOA, 2016).

Os migrantes frequentemente enfrentam condições precárias e complexas nas rotas migratórias e nos países de destino. Esses indivíduos se deparam com diversos riscos, incluindo exploração laboral, discriminação, marginalização social e falta de acesso a serviços essenciais (MORAES; SIMÕES, 2024). Além disso, a conjuntura de lumpenproletariado agrava ainda mais os desafios enfrentados por esses indivíduos.

Isso se dá devido a falta de infraestrutura adequada no estado, agravada pelo colapso do sistema de saúde regional, que gerou uma emergência de demanda, uma intervenção rápida e eficaz (CERÁVOLO, 2019). A crescente insegurança e escassez de oportunidades de emprego agravaram a pressão sobre autoridades e sociedade civil, evidenciando a necessidade urgente de uma resposta coordenada e eficaz (ALMEIDA, 2020).

Conforme Senhoras (2019), muitos venezuelanos se deslocam para a fronteira e ficam no Estado de Roraima em busca de alimentos, remédios ou ajuda com a saúde e/ou educação, ou ainda, na busca por um emprego para assim mandarem dinheiro e suprimentos. O autor compreende que muitos desses migrantes, possuem o desejo de retornarem à sua cidade no país vizinho, já que deixaram parentes que precisam da ajuda financeira e/ou mantimentos.

Em Roraima, a ocupação de prédios públicos e privados abandonados, incluindo a rodoviária internacional de Boa Vista, foi utilizada como abrigo para imigrantes venezuelanos. A falta de infraestrutura para atender necessidades básicas de higiene levou a doenças e internações em hospitais e postos de saúde.



A divisão de poderes entre o executivo municipal de Boa Vista e o estadual gerou crise na questão migratória. O governo estadual buscou judicializar o assunto para transferir responsabilidade ao Governo Federal, enquanto o poder municipal se mostrou distante e antagônico aos imigrantes, faltando respostas humanitárias eficazes (SIMÕES; ROCHA, 2018).

Em outubro de 2016, o Governo do Estado de Roraima criou o Gabinete de Emergência para atender os refugiados venezuelanos. Segundo Carvalho (2016), até outubro de 2016, as autoridades governamentais contavam com um total de 30 mil venezuelanos que já tinham entrado no Brasil. Esse fato comprova que tanto o governo estadual quanto o federal demoraram a agir na questão.

Ainda conforme o autor, o Gabinete Integrado de Gestão Migratória – GIGM contou com a coordenação do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil, com representantes da Secretaria de Saúde, Casa Civil, Secretaria de Articulação Municipal, Secretaria de Assuntos Internacionais, Secretaria do Índio, da Polícia Militar, e outros órgãos governamentais.

A criação do GIGM pelo governo estadual visava atender a uma demanda emergencial específica, com isso, o seu funcionamento por decreto teve a duração de 180 dias, encerrando as suas atividades em 15 de abril de 2017 (GONDIM, 2016). A partir daquele momento, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC) atuou em parceria com a Federação Humanitária Internacional (Fraternidade).

Naquele período, foi criado o Centro de Atendimento ao Migrante - CAM, na cidade de Pacaraima, com a participação de todos os órgãos do Gabinete de Emergência (GONDIM, 2016). O centro começou a funcionar em outubro de 2016, no Posto de Fiscalização da Sefaz, visando efetuar a contagem e o levantamento do perfil dos migrantes venezuelanos.

Outra medida tomada por esse gabinete, foi a instalação dos Centros de Referência ao Migrante na cidade de Boa Vista, esse centro tinha como objetivo realizar o trabalho de atendimento médico e de orientação de alimentação no primeiro momento. A preocupação das autoridades naquela altura era com as doenças que poderiam vir da Venezuela, como, por exemplo, o sarampo (FOLHA WEB, 2016).

Segundo Moreira e Camargo (2017) a configuração do Centro de Referência ao Imigrante em Boa Vista está diretamente relacionada à presença dos Waraos na cidade e teve a sua inauguração em 29 de novembro de 2016 na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil e Imobiliário, no bairro São Vicente, zona sul da capital.

Ainda conforme os autores, o CRI mudou de endereço em dezembro de 2016, para o Ginásio Poliesportivo do Pintolândia, na zona oeste da cidade. Sua nova função era servir como abrigo e dormitório para venezuelanos em situação de migração ou refúgio (SIMÕES, 2017, p. 53). Naquele



momento, a Prefeitura ficou responsável por cuidar do abrigo e do café da manhã, o governo do estado fornecer o almoço e o jantar.

Segundo Folha Web (2016), foram realizados 145 atendimentos médicos, 344 atendimentos odontológicos, 215 pessoas foram vacinadas, 6.652 refeições foram distribuídas, 170 pessoas foram encaminhadas para vagas de emprego e mais 349 pessoas receberam outros tipos de atendimento. Ainda que conhecendo pouco o assunto e enfrentando um fluxo migratório massivo inédito, o poder público local forneceu os primeiros atendimentos à migração venezuelana em Roraima.

A Folha Web (2017a) revela que no início do ano de 2017, já eram mais de dois mil venezuelanos abrigados e eram distribuídas cerca de dez mil alimentações e aproximadamente 900 atendimentos médicos e odontológicos no Abrigo do Pintolândia. No ano de 2017, a movimentação de venezuelanos na cidade era intensa e a criação desse abrigo marcava os primeiros movimentos de ajuda humanitária em Roraima.

Segundo Carvalho (2017b), em outubro de 2017, já eram contabilizados aproximadamente 275 mil atendimentos no Centro de Referência ao Imigrante. Na mesma ocasião, o Governo do Estado de Roraima salientava a falta de apoio do governo federal para a questão migratória de Roraima, reclamando dos poucos recursos enviados para o estado.

Em novembro de 2017, foi inaugurado o segundo abrigo na cidade de Boa Vista, ainda sob a coordenação do Governo do Estado de Roraima. O Ginásio Tancredo Neves, localizado na zona oeste da capital, recebeu cerca de quinhentos imigrantes que estavam alojados improvisadamente no entorno da Rodoviária Internacional de Boa Vista (FOLHA WEB, 2017b). Naquele momento, o Governo do Estado de Roraima era o responsável por atender a intensa demanda que chegava na localidade. A situação era complicada, os venezuelanos eram colocados no ginásio com pouco ou quase nenhum conforto.

Em dezembro de 2017, foi inaugurado o Centro de Acolhimento da Fraternidade sem Fronteiras em Boa Vista. No local, cerca de trezentas famílias de imigrantes venezuelanos foram acolhidas para receber alimentação e estrutura de dormitórios familiares, refeitório e banheiros coletivos (GOMES, 2017). Até o final daquele ano, funcionavam três abrigos na cidade de Boa Vista e dois na cidade de Pacaraima.

No final do ano de 2017, após diversas solicitações de ajuda para o governo federal, o estado de Roraima começou a receber ajuda humanitária de Organizações não Governamentais e de organismos internacionais (FOLHA WEB, 2017b). Somente em abril de 2018, por meio da Casa Civil, com a coordenação logística por parte do Ministério da Defesa, o governo federal iniciou o trabalho humanitário.



Naquele momento, era necessário abrigar os imigrantes que chegavam em grande número. Foi preciso criar abrigos em diferentes municípios do Estado. Primeiramente nas cidades de Boa Vista e Pacaraima. Na divisa com a Venezuela, foram criados dois abrigos, o primeiro deles, conhecido como BV8, funciona como uma instalação emergencial, reservado aos primeiros atendimentos. O segundo, chamado de Janokoida, destinado aos indígenas da etnia Warao.

Segundo Carvalho (2018), no ano de 2018, o Estado de Roraima passou por intervenção federal, a governadora eleita foi afastada do cargo, assumindo o interventor federal e atual governador do Estado de Roraima, Antonio Denarium. A situação econômica naquele momento era de caos na área da saúde, segurança e com latente ameaça de greve por parte de algumas classes de funcionários públicos estaduais.

Ainda conforme a autora, Roraima foi considerado o estado brasileiro com o maior número de homicídios do Brasil por 100 mil habitantes, o caos social foi responsável por diversas convulsões sociais, tendo como temática a imigração venezuelana, diversos protestos foram contabilizados pelos jornais locais. Conforme Decreto n.º 26.404-E, de 28 de dezembro 2019, o governo estadual decretou estado de calamidade pública e algumas dezenas de milhões de reais em recursos públicos foram enviados ao estado para amenizar a situação.

Em 2019, as notícias veiculadas nos jornais locais em Roraima, retratavam as dificuldades que o estado enfrentava. Uma dessas dificuldades estava no número de homicídios ocorridos no local. O Anuário da Segurança Pública (2018), destacou Roraima, como sendo o estado mais violento do Brasil. Outro problema ocorrido naquele ano, era os constantes protestos na faixa de fronteira contra a entrada sem controle dos migrantes venezuelanos.

O afluxo massivo de venezuelanos em Roraima desencadeou uma guerra entre facções criminosas, disputando controle territorial e domínio do tráfico de drogas e armas. Os imigrantes venezuelanos passaram a ser cooptados como mão de obra para atividades ilícitas (transporte de drogas e armas) (MAGALHÃES; CARMO, 2022).

Ainda conforme as autoras os conflitos dentro e fora do presídio PAMC aumenta o índice de homicídios. O PCC intensifica o recrutamento de venezuelanos para integrarem a facção objetivando o fortalecimento da conexão internacional em busca de armas, drogas e lavagem de dinheiro (MAGALHÃES; CARMO, 2022).

Em termos econômicos, o Estado de Roraima, sempre foi totalmente dependente de repasses de recursos públicos federais, a chamada “economia de contra cheque” como é conhecida naquela localidade garante a manutenção da máquina pública. Segundo o IBGE (2010), o Estado ocupa o



décimo terceiro lugar no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento humano com 0,707, considerando que quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de um local.

Após o crescimento da migração venezuelana em 2016, alguns setores da economia local, como os setores do comércio e serviços, começaram a ser fomentados, diversas lojas de materiais de construção, restaurantes, salões de beleza, grandes redes de supermercados, entre outros empreendimentos, começaram a contratar essa força de trabalho barata e qualificada que chegava da Venezuela.

O aumento do exército de reserva de trabalhadores possibilitou a ampliação da exploração da classe trabalhadora migrante, principalmente daqueles que se encontravam em maiores situações de vulnerabilidade. Neste contexto, constata-se em matérias do Jornal Folha de Boa Vista (2017, 2020) a existência de pessoas colocadas em situações análogas à escravidão e muitas mulheres no mercado do sexo, uma forma de sobrevivência no interior daquela realidade.

O que pode ser uma explicação para o papel do exército de reserva nas cidades, ocupado em atividades informais. Parte dos teóricos era apenas consumidor de excedente ou simplesmente lumpem, fazia parte também dos expedientes de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana (FARIA, 2014).

O mercado informal também ganha novos atores sociais, são diversos os venezuelanos que vendem produtos nas feiras livres da capital, nos sinais de trânsito, que oferecem serviços diversos como capina de terreno, eletricitista, mecânicos, ajudando a fomentar o comércio formiga fronteiriço já bastante dinâmico nesta zona de fronteira.

Com a questão migratória em Roraima, muitos desses migrantes começam a empreender conforme as suas experiências trazidas do país vizinho. Barbosa, Tonhati e Ubiali (2020, pág. 48) afirmam que a maioria dos venezuelanos entrevistados na sua pesquisa, descreveram que:

(...) muitas ações empreendedoras são prévias ao processo migratório, predominando empreendimentos familiares. Em muitos casos este estudo encontrou uma vontade empreendedora, mas o que se destaca é que a opção por empreender foi realizada por necessidade (BARBOSA; TONHATI; UBIALI. 2020, p. 48).

O aumento na atividade comercial de Roraima interferiu diretamente na condição desses migrantes no Brasil. Em diferentes momentos, o não-nacional deixou de ser lumpemproletariado e passou a ser proletariado, sendo que em diferentes momentos da vida eles arranjavam empregos e, em outros, recebiam o Fundo Salarial, abriam um pequeno negócio e, quando iam à falência, iam trabalhar com outra coisa (MACIEL *apud* DURHAM, 2011). A migração venezuelana segue na direção relatada pela autora.



Parte dos migrantes venezuelanos em Roraima, em um determinado momento, possuíam a condição de lúmpen por estarem em condições miseráveis, vivendo nas praças públicas e prédios abandonados, em outro momento, contemplados pelo Auxílio Emergencial, pago pelo governo federal, e/ou executando atividades laborais informais, eram alçados à condição de proletários.

Conforme Barbosa, Tonhati e Ubiali (2020, pág. 56) a maioria, cerca de 79% do total dos entrevistados em sua pesquisa, são de empreendimentos onde os venezuelanos são proprietários, e não possuem sequer, uma sede física na cidade de Boa Vista. Muitos desses, trabalham com carrinhos de sorvete, milho, churros, por exemplo. Os autores ainda revelam que apenas 22% dos entrevistados possui alguma sede física, sendo o estabelecimento alugado, no valor entre R\$ 300 a R\$ 800 (reais). O tamanho dos empreendimentos variava entre 15 m² a 100 m², ou seja, relativamente pequenos (BARBOSA; TONHATI; UBIALI. 2020, pág. 48).

Do ponto de vista macroeconômico, a economia de Roraima obteve melhoria com a migração venezuelana. Segundo DAPP (2020), o crescimento do comércio varejista e das exportações garantiu um aumento de 25% na arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre o final de 2018 e primeiro semestre de 2019. Ainda segundo a pesquisa, entre 2016 e 2017, o PIB da região cresceu 2,3%, acima da média dos demais estados (1,4%).

Os números apresentados pelo Obmigra (2019) confirmam que, entre os anos de 2000 até 2019, entraram no Brasil cerca de 276.779 venezuelanos com vistos permanentes, temporários, estudantes e refugiados. Desse total, cento e trinta e sete mil novecentas e setenta e sete refugiados, sendo setenta e seis mil e setenta e nove homens e sessenta e mil oitocentos e noventa e oito mulheres, que atravessaram a fronteira com o Brasil solicitando sua condição de refugiado nesse intervalo de tempo.

O processo migratório venezuelano começou a se acentuar a partir do ano de 2016, alcançando seu auge em 2019, quando 143.633 imigrantes entraram oficialmente no Brasil. Em comparação ao ano de 2018 ocorreu um aumento de 52% nos números. Somam-se a esses dados, os números referentes à movimentação de imigrantes venezuelanos circulando pelos postos de fronteiras brasileiros com o visto de residente. Vale lembrar que esses postos estão localizados além das fronteiras brasileiras, nos principais aeroportos que mantêm voos internacionais ao país.

Os dados revelam que o número de venezuelanos que entraram no Brasil com o visto de permanente entre 2010 e 2018 ficou no total de setecentos e oitenta mil novecentos e treze venezuelanos, desses saíram do país cerca de seiscentos e quarenta e sete mil quinhentos e noventa e quatro. O número de imigrantes de origem venezuelana com o visto de residente que permaneceu no território brasileiro foi cento e trinta e quatro mil trezentos e dezenove.



Após o apresentado, o panorama da atual migração venezuelana em Roraima, o texto segue no sentido de demonstrar o perfil desses nacionais que vieram para o Brasil. No primeiro momento, entre 2016 e 2018, atravessam a fronteira os migrantes mais jovens, na maioria homens e com média escolaridade, que utilizavam o estado de Roraima como o local mais próximo da fronteira, de onde pudessem enviar recursos materiais e financeiros para seus familiares que permaneceram em sua pátria.

Em 2016, o saldo migratório de venezuelanos em Roraima era de dez mil pessoas (SILVA; SAMPAIO, 2018). No ano seguinte, esse número aumentou quatro vezes, passando para 41.755 pessoas (LOPES, 2017). Em relação ao perfil desses migrantes, Simões (2017) destaca uma maior presença masculina, sendo 58,28% homens e 41,72% mulheres, com uma maior participação de jovens e adultos, o que o autor classifica como uma migração de trabalho e oportunidades.

O autor revela que, segundo os dados da Polícia Federal, 80% dos venezuelanos em Roraima que solicitaram refúgio encontravam-se nas faixas etárias de 20 a 39 anos e 40 a 59 anos. As faixas etárias abaixo de 18 anos e de 60 anos ou mais se encontravam em cerca de 15% e 5% respectivamente, colocando a migração venezuelana como uma migração majoritariamente jovem (SIMÕES, 2017).

Com isso, a população migratória recém-instalada era composta de pessoas aptas a entrar no mercado laboral. Conforme descrito, Roraima passava por uma crise econômica e a geração de emprego e renda era insuficiente para absorver toda aquela demanda.

Naquele momento, o perfil migratório entre os que possuíam ensino superior completo e um curso de pós-graduação era de 31,9%. O estudo demonstra que os migrantes que possuíam, no mínimo, ensino médio completo era de 78% em Boa Vista. Os que possuíam ensino médio incompleto e fundamental (completo e incompleto) e analfabetos eram 22%. Os dados revelam que a migração venezuelana em Roraima até aquele período era de pessoas com bom nível de escolaridade (SIMÕES, 2017).

Inseridos no mercado laboral, 36,5% dos migrantes venezuelanos, até aquele momento, trabalhavam no setor de comércio, e apenas 12,3% na construção civil. Em outros serviços, 30,7% declararam serem trabalhadores do lar, trabalho sexual, outros serviços ou indústria. Desses, 50,4% recebem menos de um salário mínimo, 44% recebem entre 1 e 2 salários mínimos e apenas 4,8% indicaram receber mais de 2 salários mínimos, ou seja, acima de 1.874 reais. Vale lembrar que naquele período o salário mínimo no Brasil era de R\$ 937,00. Ainda segundo o estudo, a maioria dos venezuelanos não estava empregada e cerca da metade não tem carteira de trabalho assinada (SIMÕES, 2017).

Até esse momento, os migrantes venezuelanos se dirigiam por conta própria para outras localidades no Brasil. Esses não-nacionais não se encaixavam no perfil do objeto de estudo deste texto,



pois possuíam condições financeira, material e social para conseguir se manter. Desse modo, foi a partir de 2018, já com o processo migratório adiantado e a crise econômica, social e política, no país vizinho ainda mais agravada, começaram a chegar em Roraima cidadãos venezuelanos mais vulneráveis, eram esses que mais demandavam uma maior ajuda do poder público.

Em 2018, a Operação Acolhida começou a ser implantada e os migrantes venezuelanos que estavam nas ruas começaram a ser enviados para os abrigos construídos para esse fim. Outra iniciativa implementada pela gestão da operação foi o envio desses migrantes para outros estados através da interiorização.

Segundo os dados do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes, entraram 729.773 migrantes venezuelanos no Brasil até o mês de abril de 2022, tornando o país o quinto mais procurado por essa população. Destes, 53% são homens e 47%, mulheres, sendo que 48% desta população possuía idade entre 30 e 59 anos (BRASIL, 2022). Ainda segundo o documento, atualmente permanecem em solo brasileiro 345.013 destes venezuelanos.

Em dezembro de 2020, o Relatório Final da Operação Acolhida revelou que, vivendo em abrigos no estado de Roraima, o perfil dessa população era de 83,8% de jovens com Ensino Fundamental e Médio completo. Desses, 10,2% tinham formação técnica e 6% superior. Os migrantes fora do mercado laboral eram de 21,7%, e 16,9% não procuravam empregos por motivos diversos. As Donas de casa, estudantes, idosos, pessoas com problemas de saúde que os incapacitavam, os que não estão disponíveis para o mercado, que estão fora da força de trabalho, integram o grupo da força de trabalho não potencial e somam 35,8%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O encontro entre o conceito histórico, associado a um fenômeno socialmente tão significativo, como o das migrações, é uma grande oportunidade para que pesquisadores possam aprender mais com essa dinâmica. Em Roraima ocorreu, a partir de 2016 até o ano de 2018, a recepção de parte da diáspora venezuelana, com um grupo destes migrantes apresentando características possivelmente compatíveis com a categoria de lumpemproletariado.

O que se percebe é que o dado proveniente da vinda dessa população trouxe um novo cenário para Roraima. Com a chegada desses migrantes que ocuparam os locais públicos de várias cidades do estado, atrelado ao seu histórico de vida, pôde-se proceder a uma avaliação e demonstração de um conceito que serve de ferramenta de análise social para os pesquisadores em geral.



Foi acerca disso que tratou o presente estudo, se os migrantes oriundos da Venezuela em dado tempo histórico e que se localizaram em um dado território poderiam ter sido classificados na categoria de lumpemproletariado ou não. Trouxemos uma série de autores que abordaram o conceito central da pesquisa, como também um relato da história coletiva dos migrantes citados, sendo necessária a comparação da teoria com o que aconteceu realmente, para podermos chegar a uma conclusão para este caso.

Se formos nos ater a definições trazidas por Mirrajiz *et al.* (2018), teríamos muitos dos migrantes venezuelanos aqui descritos como sendo, sim, categorizados como lumpen, principalmente com as características clássicas do termo: farrapo e trapo (muitos vieram com poucos pertences e atravessando a fronteira a pé), desonestos e malandros, (na percepção dos brasileiros) escória e miséria (antes do suporte estatal brasileiro, muitos deles tiveram de morar em praças ou em imóveis abandonados).

Olhando-se da perspectiva marxista, nosso grupo de interesse se encontrava inserido no exército de reserva, antes formado de trabalhadores sem emprego de Roraima, mas foi acrescido pelos migrantes. Assim, seriam parte do lumpemproletariado local.

Do ponto de vista anarquista, os migrantes que deixaram seu país em busca de condições melhores já seriam periféricos na Venezuela, sendo que no Brasil passaram a ter uma condição política pior, devido à falta de cidadania inerente à sua condição de refugiados, sendo ainda periféricos ao sistema social no qual se inseriram, podendo, sim, serem classificados como pertencentes ao lumpemproletariado roraimense.

E se olhados pelo ponto de vista sociológico, os migrantes em estudo poderiam, sim, ser agrupados ao conjunto dos hiperprecarizados, ideia associada à de lumpen. Desta forma, tais migrantes poderiam ser novamente classificados, naquelas condições descritas, como fazendo parte do lumpemproletariado nos locais em que se estabeleceram inicialmente.

Se atentarmos às definições trazidas por Haddad (1997), poderíamos supor que ao chegarem nas condições em que se apresentaram no estado de Roraima, os migrantes oriundos da Venezuela passaram a integrar o exército de reserva local, que por definição era formado já por pessoas desempregadas ou subempregadas, o que teria precarizado ainda mais a situação desta parcela da população. Passaram então a compor uma não-classe, a de não-trabalhadores, portanto lumpen, os outsiders de Elias (2000).

No entanto, a classificação começa a ficar complexa quando Tiengo (2019) chama a atenção para uma melhor classificação no interior do grupo que conteria o lumpen, chamado de superpopulação relativa. Neste caso, haveria uma diferenciação interna, uma gradação das condições econômicas, indo desde a condição flutuante (ora abaixo da linha da pobreza, ora acima), depois para a latente (ainda não totalmente desocupado), daí à estagnada (há muito tempo desocupado), então à de lumpen



(apresentando as características já descritas). Há mesmo divergências acerca de que atividades poderiam ser classificáveis como pertencentes ao lumpem (como as de mendigos, prostitutas e ladrões).

Qual seria então a linha de corte entre o que é um trabalhador e um não-trabalhador (lumpem)? Não seria a posição de Marx fruto dos preconceitos de seu tempo, havendo hoje uma anacronia na utilização do termo? Se uma pessoa trabalha, mesmo fora do sistema formal, com reciclagem ou pequenos serviços (como fizeram muitos dos migrantes descritos), eles não seriam lumpem, apenas desempregados à espera de uma oportunidade. Alves (2021) chamou a atenção a este fato, quando elencou as características que levam ao engano: pessoas na miséria, desorganizadas, sem consciência política, informais, que servem a todo o tipo de exploração.

Ou seja, academicamente tais migrantes não seriam hoje parte do lumpemproletariado, mas socialmente foram tratados (e talvez se sentissem) como se o fossem. O que seria mais um bom tema para pesquisas futuras: como os migrantes se sentiram em Roraima naquele período? Quais são suas histórias de vida? Algo mudou de lá para cá?

Ao mesmo tempo, a estigmatização a que foram submetidos os migrantes aqui descritos foi compatível com o modo que se tratariam o lumpem. Desta forma, poderíamos afirmar que nas mesmas condições que foram descritas, tais migrantes seriam no século XIX e meados do XX classificável como lumpem (tanto por marxistas quanto por anarquistas); do meio do século XX e em parte do início do século XXI eles seriam classificáveis pela sociologia como parte do lumpemproletariado, mas desde então, com uma mudança de avaliação das diferenças internas no exército de reserva de trabalhadores, pôde-se enxergar níveis de atividade laboral, o que dificultaria a classificação como lumpem, não sendo possível atualmente classificar tais migrantes nesta categoria.

Portanto, por não podermos classificá-los como lumpem, eles rigorosamente não o seriam teoricamente, mas, na prática, eram, pois, parte da sociedade roraimense os classificou desta forma (com outros termos), os vendo como um fardo social, os discriminando, os estigmatizando, classificando-os como se classificaria um lumpem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. M. **A Atuação das Forças Armadas Brasileiras no Acolhimento de Refugiados e Migrantes Vulneráveis** (Dissertação de Mestrado em Ciências Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 2020.

ALVES, G. “A lumpenização das classes sociais no Brasil”. **Blog da Boitempo** [2021]. Disponível em: <www.blogdaboitempo.com.br>. Acesso em: 03/04/2024.



BARBOSA, L.; TONHATI, T.; UBIALI, M. **Desafios, limites e potencialidades do empreendedorismo de refugiados(as), solicitantes da condição de refugiado(a) e migrantes venezuelanos(as) no Brasil**. Brasília: ACNUR, 2020.

BARROW, C. **The dangerous class**: The concept of the lumpenproletariat. Michigan: University of Michigan Press, 2020.

BRADLEY, J. P. N.; LEE, A. T. G. “On the Lumpen-Precariat-To-Come”. **Triple C**, vol. 16, n. 2, 2018.

BRASIL. “Operação Acolhida: Em cinco anos, Brasil recebeu mais de 700 mil imigrantes venezuelanos”. **Casa Civil** [2022]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 30/04/2024.

CARVALHO, B. B. M. “Roraima vai criar gabinete de emergência para ajudar venezuelanos”. **Jornal Folha de Boa Vista** [2016]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em 12/04/2024.

CARVALHO, P. “Intervenção federal é decretada hoje em Roraima”. **Jornal Folha de Boa Vista** [2018]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em 12/04/2024.

CARVALHO, R. “Centro de Referência ao Imigrante já realizou mais de 275 mil atendimentos”. **Jornal Folha de Boa Vista** [2017]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em 12/04/2024.

CERÁVOLO, L. E. S. **Respostas do governo brasileiro frente à migração de venezuelanos para Roraima (2015 –2018)** (Dissertação de Mestrado em Ciências Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 2019.

CINACCHI, G. B. “Das lumpenproletariat: população em situação de rua e Serviço Social”. **Anais do 8º Encontro Internacional de Política Social**. Espírito Santo: UFES, 2020.

CORRÊA, F. **Da Periferia para o Centro**: Sujeito Revolucionário e Transformação Social. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias. 2009.

DAPP, F. **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano**: evidências e subsídios para políticas públicas. Rio de Janeiro: ACNUR, 2020.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2000.

FARIA, G. J. A. **Do seu lugar para o lugar dos outros**: a migração de mulheres e sua inserção no trabalho doméstico (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social). Montes Claros: UEMC, 2014.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. Brasília: FBSP, 2018. Disponível em: <www.forumseguranca.org.br>. Acesso em: 10/04/2024.

FOLHA WEB. “Estrutura é criada para cadastrar e acompanhar migração venezuelana”. **Jornal Folha de Boa Vista** [2016]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 12/04/2024.

FOLHA WEB. “Venezuelanos afirmam que abrigo em ginásio melhorou a qualidade de vida”. **Jornal Folha de Boa Vista** [2017]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 12/04/2024.

GOMES, A. G. “Centro de acolhimento ao imigrante será inaugurado no Hélio Campos”. **Jornal Folha de Boa Vista** [2017]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 12/03/2024.



GONDIM, R. Gabinete Integrado de Gestão Migratória discute as primeiras ações. Corpo de Bombeiros de Roraima. **Jornal Folha de Boa Vista** [2020]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 12/03/2024.

HADDAD, F. “Trabalho e classes sociais”. **Tempo Social**, vol. 9, 1997.

HAEKAL, L. “Satu Tubuh, Dua Formasi Identitas: Anggota Laskar Partai dalam Kelindan Relative Surplus Population dan Lumpenproletariat”. **Politika: Jurnal Ilmu Politik**, vol. 14, n. 2, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Censo Populacional – Boa Vista”. **IBGE** [2010]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12/03/2024.

INTRONA, A. “Dismodernizing the Working Class and Social Reproduction, After the Pandemic Lumpenproletariat: Towards an Autonomist Disability Perspective”. **Emancipations: A Journal of Critical Social Analysis**, vol. 2, n. 2, 2023.

ISING-ALMS, H. **Arbeiteraristokratie und Lumpenproletariat in Georg Weerths Skizzen aus dem sozialen und politischen Leben der Briten**. Hagen: Hagen University Press. 2024.

LISBOA, C. “Sem nação e sem ação”. **IPEA** [2016]. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em 21/04/2024.

LOPES, N. L. “Acordo ou Tratado de residência”. **Portal Eletrônico Polícia Federal** [2018]. Disponível em: <www.pf.gov.br>. Acesso em: 09/05/2024.

LUKÁCS, G. **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Roma: Riuniti, 1981.

MACIEL, L. M. “Entrevista: Revisitando o ‘caminho da cidade’ com Eunice Ribeiro Durham”. **Ideias**, n. 2, 2011.

MAGALHÃES, C. A. B.; CARMO, S. A. “Tríplice Fronteira: aspectos do crime organizado em Roraima”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 36, 2022.

MAIA, A. L. M. “Do Abjeto Como Lumpenproletariat: Esboço de Uma Leitura Lacaniana de Marx Mediada Por Georges Bataille”. **Revista Dialectus**, vol. 33, 2024.

MARX, K. **The Eighteenth Brumaire of Louis Bonapart**. New York: Progress Publishers, 1852.

MARX, K.; ENGELS, F. A. “Manifesto do Partido Comunista”. **Estudos Avançados**, vol.12. n. 34, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. A. **Ideologia alemã**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

MIRRAJIZ, P. G. *et al.* **Lumpemproletariado: Conceito e Perspectiva**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

MOREIRA, E.; CARMAGO, J. F. “Pesquisa Qualitativa”. *In*: SIMÕES, G. F. (ed.). **Perfil Sociodemográfico e Laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: Editora CRV. 2017.

OBMIGRA. “Sistema de Tráfego Internacional”. **Ministério da Justiça e Segurança Pública** [2019]. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em: 05/05/2024.



PEREIRA, F. H. **O alcance dos imigrantes venezuelanos às políticas sociais no Brasil após a nova Lei de Migração**: um olhar a partir da realidade do estado de Roraima (Tese de Doutorado em Política Social). Brasília: UnB, 2020.

SENHORAS, E. M. “Venezuela em rota de colisão: da estabilidade à crise”. **Jornal Roraima em Foco** [2019]. Disponível em: <www.roraimaemfoco.com>. Acesso em: 05/08/2024.

SHEPPARD, D. S. S.; THOMAS, C. **On Jean-Luc Nancy: The Sense of Philosophy**. London: Routledge, 2005.

SILVA, J. C. J.; SAMPAIO, C. “As ações decorrentes da migração de venezuelanos para o Brasil: da acolhida humanitária à interiorização”. In: ANNONI, D. (coord.). **Direito Internacional dos Refugiados e o Brasil**. Curitiba: Editora da UFPR, 2018.

SIMÕES, G. F. “Venezuelanos em Roraima: migração no extremo norte do país”. **Mundorama.net** [2017]. Disponível em: <www.mundorama.net>. Acesso em: 12/04/2024.

SIMÕES, G. F. **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV. 2017.

SIMÕES, G. F.; VAZ, L. G. “O Preparo e o Emprego Militar na Crise Migratória Venezuelana no Brasil”. **Boletim da Conjuntura (BOCA)**, vol. 15, n. 45, 2023.

SIMÕES, G. F.; ROCHA, R. “Governança no âmbito da imigração venezuelana no Estado de Roraima: o papel da Universidade Federal de Roraima”. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (eds.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Editora da UNICAMP. 2018.

TIENGO, V. M. “O fenômeno população em situação de rua e a ideologia”. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**. Vitória: UFES, 2019.

WEEKS, K. “The lumpenproletariat and the politics of class”. **Crisis and Class**, vol. 10, n. 1, 2023.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 20 | Nº 58 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima